

HABEAS CORPUS Nº 515.313 - SP (2019/0167764-2)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : PEDRO OCTAVIO ALMEIDA PIRES DE MELLO DOIN
ADVOGADO : PEDRO OCTÁVIO ALMEIDA PIRES DE MELLO DOIN -
SP414637
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARIA GABRIELA PIRES DE MELLO DOIN NOTARI

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de MARIA GABRIELA PIRES DE MELLO DOIN NOTARI apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação n. 000091-90.2018.8.26.0574).

Na presente impetração, alega a defesa que já foi interposto recurso ordinário constitucional (RHC n. 110.404/SP), no qual foi dado provimento a fim de assegurar pudesse a recorrente responder em liberdade ao processo (e-STJ fls. 12/19).

Assevera que a aludida decisão proferida "*foi concedida quando a mesma já havia sido condenada em primeiro grau e pendia recurso de Apelação junto ao E.Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo*" (e-STJ fl. 4).

Afirma que o Tribunal de origem negou provimento ao apelo da paciente e ordenou a expedição de mandado de prisão após o esgotamento da jurisdição ordinária.

Aduz que a paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal, pela determinação de expedição de mandado de prisão, "*mesmo antes do fim do processo, expedindo-se nova ordem de recolhimento após esgotados o prazo da defesa para apresentação de seu Recurso Ordinário*" (e-STJ fl. 4).

Requer, diante disso, que seja concedida a liminar para sustar os efeitos da ordem de prisão emanada pelo Tribunal *a quo* e, no mérito, que possa a paciente responder em liberdade ao processo.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em

habeas corpus, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Isso porque, na Súmula do acórdão da apelação, condicionou-se a expedição do mandado de prisão ao decurso do prazo para interposição de recursos ordinários, observando, portanto, o entendimento estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal (HC n. 126.292/SP) e adotado pela Corte Especial (QO na APn n. 675/GO, DJe 26/4/2016) e por ambas as Turmas deste Tribunal Superior (HC n. 354.441/PE, Sexta Turma, DJe 14/6/2016; e HC n. 350.518/SP, Quinta Turma, DJe 24/5/2016).

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, sem o que não há como verificar o alegado constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de origem, e o envio de cópias do inteiro teor do acórdão impugnado e das peças que demonstrem o eventual esgotamento da instância estadual, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser informada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste expediente.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator